

• Política

Controlador Program
indústria de process

REUNIÃO COM GOVERNADORES

12 JUL 1985

Sarney vai definir negociação com FMI

por Walter Marques
de Brasília

Na próxima terça-feira, o presidente José Sarney já deverá ter sobre sua mesa o programa de ação do governo e os termos fundamentais do Brasil na negociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os bancos credores da dívida externa. Estará em condições de definir os rumos e as prioridades de seu governo. Mas os primeiros a tomarem conhecimento das operações do chefe do governo serão os governadores de todos os estados. Eles estarão reunidos com Sarney no dia 17, quarta-feira próxima, a partir das 9 horas, no Palácio da Alvorada.

A reunião estava marcada para o dia 20, mas o programa do presidente no próximo fim de semana está muito apertado. Ele visitará Tucuruí e Carajás no dia 19. No dia 20 comparecerá a uma solenidade no Ministério da Aeronáutica e no dia seguinte vai a Aparecida, em São Paulo, encerrar o Congresso Eucarístico. Por isso a reunião com os governadores foi antecipada.

O país conhecerá o plano de governo do presidente Sarney somente no dia 22, segunda-feira, quando em

cadeia nacional de rádio e televisão ele fará um pronunciamento à Nação. A expectativa que certamente será criada pela reunião dos governadores exigirá a fala do presidente e nela, como esclareceu ontem o porta-voz Fernando César Mesquita, Sarney "vai mostrar as dificuldades do País, vai apresentar números, estatísticas, para mostrar o que já foi feito pelo governo. Vai mostrar que o governo mudou o País em cem dias. Vai estabelecer diretrizes da política econômica, algumas metas, enfim, delinear o programa de governo".

Segundo Fernando César Mesquita, este deve ser considerado o primeiro pronunciamento de José Sarney ao País, pois nele o presidente "vai falar de todos os assuntos, vai falar muito de economia e, provavelmente, sobre as negociações com o FMI, pois, até lá acredito que o presidente já tenha condições de anunciar as premissas nas negociações com o FMI e com os banqueiros".

A fala do presidente à Nação a ser gravada no sábado, 13, ou na segunda-feira, dia 15, terá uma duração de 20 a 30 minutos e, segundo seu porta-voz, Sarney "fará uma manifestação de confiança no futuro

do País. Ele vai dizer que o País tem condições de superar as dificuldades que está enfrentando e que para alcançar esse objetivo precisa da colaboração de todos os segmentos sociais. Ele vai mostrar também todas as dificuldades que o governo encontrou".

Antes disso, porém, na reunião com os governadores, o presidente vai tratar de questões políticas e administrativas. Os governos estaduais são, com efeito, responsáveis pela execução de mais de 70% dos programas do governo federal. Na reunião, os governadores conhecerão as metas físicas do governo e saberão, assim, dentro de que limites deverão atuar e qual o rumo que deverão seguir em suas administrações.

Mas a união de todos os governadores em torno das premissas do governo federal na negociação da dívida externa e no acordo que terá de ser negociado com o FMI deverá constituir o tema principal desse encontro de denso simbolismo político. Da negociação com o FMI depende, a rigor, a realização das metas físicas que o presidente Sarney deverá anunciar à Nação no dia 22.

Segundo um íntimo colaborador do presidente Sarney, a opção do governo já está delineada e sua linha mestra será o "combate responsável da inflação". Em outros termos, o governo não abre mão da premissa de que o País precisa crescer a uma taxa de 4 a 5% em 1985 e que tanto os cortes para redução do déficit público quanto a alocação de recursos que será definida pelo plano de go-

Esperidião e Soares no pacto

por Milton Wells
de Porto Alegre

Os governadores Esperidião Amin, de Santa Catarina, e Jair Soares, do Rio Grande do Sul, confirmaram suas presenças, ontem, no encontro do presidente José Sarney com os governadores, marcado para o dia 17 deste mês. Os dois receberam o convite através de um telefonema do chefe da Casa Civil, José Hugo Castelo Branco, e foram informados de que a agenda inclui o debate sobre a Constituinte, a dívida externa e a reforma tributária. "Vai ser uma forma de consolidar o poder civil", disse Amin a este jornal. Ele explicou que, por pertencer a outro quadro partidário, não irá expressar solidariedade irrestrita ao presidente, "mas um apoio político-institucional". A seu ver, trata-se de uma iniciativa que deve ser despidida de qualquer preconceito por parte dos governadores e uma boa oportunidade para a discussão de temas importantes. Ele não quis adiantar eventuais sugestões ao presidente da República,

reservando-se o direito de comunicar-lhe pessoalmente sua opinião sobre os itens da reunião.

Jair Soares, de sua parte, disse que o encontro vinha sendo articulado desde a confirmação de José Sarney na Presidência da República. Disposto a ratificar seu apoio político à Nova República, Soares informou que pretende tocar na reforma tributária de modo especial, preocupado principalmente com a situação das finanças gaúchas. Outra questão a ser enfocada será a absorção das dívidas dos estados por parte da União. Este assunto, aliás, foi um dos temas discutidos pelo governador com o ex-presidente Tancredo Neves, ainda na fase de campanha eleitoral. Numa de suas visitas a Soares, em Porto Alegre, Tancredo disse que a reforma tributária seria uma das prioridades de seu governo. Quanto à absorção das dívidas estaduais pela União, ele reservaria isto para uma avaliação posterior, dependendo do próprio sucesso do governo no combate ao déficit público.

verno devem ser seletivos, tendo como prioridade básica a "opção pelos pobres".

Mas o programa do governo, que deverá dar prioridade aos planos de irrigação no Nordeste, à reforma agrária, à habitação na área rural, ao desenvolvimento do pólo agrícola de Carajás e ao conjunto da agricultura, à manutenção da infra-estrutura de transporte rodoviário e à conclusão do corredor de exportação, com a otimização da malha ferroviária existente, depende da negociação da dívida externa. O projeto de irrigação é um caso

típico dessa dependência dos investimentos futuros do governo ao equacionamento da dívida externa. O programa prevê investimentos de US\$ 12 bilhões, com a participação do Banco Mundial e do BID, em quinze anos, e o governo espera contar com US\$ 600 milhões em 1985, o que somente será possível negociar depois de sacramentado o acordo com o FMI.

No entanto, no Palácio do Planalto, categorizados assessores do presidente da República procuram minimizar a gravidade das preocupações com a dívida externa. Afirmam que a

conversa com o FMI tem fluído normalmente e que, antes de promover os cortes nos investimentos e despesas das estatais, o governo brasileiro consultou aquele organismo. Prevêem, assim, que o acordo a ser firmado com o FMI deve ser muito parecido com o último entendimento mantido com o Fundo logo após a eleição de Tancredo Neves, em 15 de janeiro, e que, para concluí-lo, estão faltando pequenos ajustes. Todavia, antes do ajuste externo o presidente deverá concluir um acordo político interno com os governadores no dia 17.